

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003

Altera o art. 1º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, institui fundo especial para financiar pesquisas e fomentar a produção de energia elétrica e térmica a partir da energia solar e da energia eólica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta, nos termos dos arts. 48, 61 e 66 da Constituição Federal:

Art. 1º Esta lei altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que *“define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências”*, e institui fundo especial para financiar pesquisas e fomentar a produção de energia elétrica e térmica a partir da energia eólica e da energia solar.

Art. 2º Os incisos I e II do art. 1º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, com as alterações do art. 29 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º

.....

I – 41% (quarenta e um por cento) aos Estados;

II – 41% (quarenta e um por cento) aos Municípios;

.....”(NR)

Art. 3º O art. 1º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, com as alterações do art. 54 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, do art. 29 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e do art. 2º da Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art.1º

.....

VI – 8% (oito por cento) a fundo especial para o financiamento de pesquisa e produção de energia elétrica e térmica a partir da energia solar e energia eólica;

.....”(NR)

Art. 4º Fica instituído o Fundo Especial para o Financiamento de Pesquisa e Produção de Energia Elétrica e Térmica a partir da Energia Solar e Energia Eólica.

§ 1º Constituem receitas do Fundo:

- a) 8% (oito por cento) da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, alterado pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, de acordo com o disposto no inciso VI do art. 1º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990.
- b) dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais;
- c) o produto do rendimento de aplicações do próprio Fundo;
- d) doações;
- e) outros recursos que forem destinados ao Fundo.

§ 2º Os recursos destinados ao Fundo serão reservados para o financiamento de projetos e programas de pesquisa científica e tecnológica, bem como o financiamento da produção de insumos e equipamentos para geração das fontes alternativas de energia de que trata esta Lei, devendo ser administrados pelo Conselho Gestor de que trata o art. 5º desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, o Poder Executivo incluirá na proposta de lei orçamentária anual os recursos destinados ao Fundo.

§ 4º Os recursos destinados ao Fundo de que trata o *caput* deste artigo serão depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, em categoria de programação específica, devendo ser administrados conforme o disposto em regulamento.

Art. 5º Será constituído, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Gestor com a finalidade de definir as diretrizes gerais e plano anual de investimentos, acompanhar a implementação das ações e proceder à avaliação continuada dos resultados alcançados.

§ 1º O Conselho Gestor de que trata o *caput* deste artigo será composto pelos seguintes membros:

I – um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o presidirá;

II – um representante do Ministério do Meio Ambiente;

III – um representante do Ministério de Minas e Energia;

IV – um representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;

V – um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

VI – um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;

VII – um representante da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep;

VIII – dois representantes das universidades públicas;

IX – dois representantes da comunidade científica;

X – três representantes do setor produtivo; e

XI – três representantes de entidades e movimentos da sociedade civil.

§ 2º A indicação dos representantes a que se referem os incisos VIII, IX, X e XI do § 1º deste artigo será feita, respectivamente, pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB –, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC –, pelas federações nacionais patronais da agricultura, da indústria e do comércio e pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG.

§ 3º Os membros do Conselho Gestor terão mandato de dois anos, admitida uma recondução, devendo a primeira investidura ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte dias) a partir da publicação desta Lei.

§ 4º A participação no Conselho Gestor não será remunerada.

§ 5º O Ministério da Ciência e Tecnologia prestará apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Gestor.

Art. 6º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado PEDRO IRUJO
Relator